

Investimentos só virão depois que País se definir

Japão, Estados Unidos e Europa querem aplicar no Brasil mas preferem aguardar o desfecho da negociação da dívida e da Constituinte.

Os investidores estrangeiros, nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, aguardam definições políticas importantes no Brasil até o fim do ano para tomar decisões a respeito do retorno do fluxo de investimentos. Essas definições envolvem: 1) — o tratamento que a Constituinte dará ao capital estrangeiro; 2) — os rumos da renegociação da dívida externa; 3) — a estabilidade política, vinculada à duração do mandato do presidente Sarney; 4) — a implantação da nova política industrial prometida pelo Presidente.

Alguns investidores, como os japoneses, confiantes de que haverá uma renegociação estimulada por um acordo com o Fundo Monetário Internacional, de que a Constituinte não

recusará a cooperação do capital estrangeiro e o que o Presidente ficará cinco anos no Governo, já se anteciparam e fizeram chegar a Brasília claros sinais de que querem começar a conversar a respeito de uma mudança qualitativa nas relações econômicas entre os dois países.

AS MISSÕES

Esses sinais foram captados há um mês, quando técnicos do segundo escalão do Ministério da Fazenda, porém velhos conhecidos das autoridades japonesas, foram a Tóquio em missão de contatos para preparar a visita, agora realizada, do chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, o qual, por sua vez, deixou lançadas as

bases de uma próxima visita oficial do ministro Bresser Pereira.

As autoridades japonesas acham que é possível conciliar os interesses dos dois parceiros. O Brasil necessita, criticamente, de poupança externa para sustentar um crescimento médio anual de 7 por cento do seu produto a partir de 1989, e o Japão dispõe de 30 bilhões de dólares para reciclar nos próximos anos junto aos países em desenvolvimento.

Por outro lado, a mudança qualitativa que está se operando na estrutura industrial japonesa, estimula a saída do Japão das indústrias pesadas — construção de navios, automóveis, siderurgia, etc. — e sua localização em mercados, especialmente os dois países em desenvolvi-

mento como o Brasil. No Japão ficarão, basicamente, as indústrias que utilizam alta tecnologia e que têm baixo coeficiente de mão-de-obra.

Em decorrência da rápida expansão da tecnologia no Japão, fábricas modernas rapidamente se tornaram obsoletas para os padrões de produção e de competição externa do Japão, e ficaram disponíveis para exportação destinada aos países, como o Brasil, que atravessam um estágio tecnológico compatível com a tecnologia ofertada por esses empreendimentos. Dai surgiu a proposta do transplante dessas fábricas, juntamente com engenheiros já aposentados segundo a legislação japonesa, mas ainda com plena capacidade laborativa. E explorando tais caminhos

que se dará a reaproximação Brasil-Japão em termos de mútua cooperação econômica.

“SUPLIER'S CREDITS”

Além dessas linhas de cooperação com o Japão, que poderão ser exploradas nos próximos anos, em razão da especificidade da economia japonesa, outros esquemas de atração de investimentos externos para o Brasil poderão ser desenvolvidos, como produto da renegociação da dívida externa.

Com os Estados Unidos e a Europa a conversão de crédito financeiro em capital de risco é a principal descoberta, no momento. Estimativas mais conservadoras indicam que essa compra de dívida poderá alcançar até 1 bilhão de dólares por ano, enquanto os mais otimistas apostam que até 2,5 bilhões de dólares anuais poderão ser convertidos, o que representaria, nos próximos quatro anos, cerca de 10 por cento da dívida.

Para os europeus, a cooperação financeira envolvendo projetos específicos, diretamente ou em regime de co-financiamento com o Banco Mundial é uma oportunidade que se reabre. Trata-se de um mecanismo tradicional e convencional, bastante utilizado no início dos anos 70, sobretudo com a França, produzindo bons resultados.

Trata-se do mecanismo do “supplier's credits”, pelos quais um determinado projeto é financiado, em parte, pelo capital estrangeiro, que chega em forma de crédito financeiro a custo reduzido e a longo prazo, fornecido pelas instituições oficiais de crédito, e uma parcela, maior, de crédito em forma de equipamentos. Tal mecanismo poderá financiar os novos empreendimentos da Eletrobrás, sobretudo a futura ampliação da capacidade da usina de Tucuruí; a complementação da instalação das máquinas de Itaipu e as unidades geradoras para as usinas hidrelétricas em construção no Nordeste.

Por outro lado, se o Presidente tiver condições políticas de implantar uma nova política industrial, mais aberta ao capital estrangeiro, as possibilidades de investimentos externos serão consideravelmente ampliadas, com a vantagem de que o Governo, através do manuseio de políticas de incentivos e desincentivos poderá direcionar as aplicações para os setores que mais interessam ao desenvolvimento econômico, como a produção destinada à exportação e os empreendimentos que conduzam a uma redução das disparidades regionais.

Dados do Banco Central indicam que dos 27,7 bilhões de dólares de investimentos e reinvestimentos registrados em 30 de setembro do ano passado, 75,5 por cento se concentravam na indústria de transformação e 15 por cento em material de transporte, caracterizando a necessidade de uma diversificação, inclusive para alcançar a agricultura e a pecuária, setores que, juntos, não conseguem reunir 1 por cento do total de investimentos estrangeiros no País.

União repassou Cz\$ 79 bilhões

O volume total de recursos federais transferidos aos estados, Distrito Federal, territórios e municípios, no primeiro semestre do ano, somou a quantia de Cz\$ 79,9 bilhões, dos quais Cz\$ 42 bilhões foram destinados aos estados, Cz\$ 4 bilhões para as capitais e Cz\$ 32 bilhões para os municípios. Essas informações foram fornecidas pela Secretaria de Tesouro.

Nos primeiros dois meses do ano — janeiro e fevereiro — as transferências atingiram Cz\$ 8 bilhões aproximadamente por mês. Porém, a partir de março, o volume de recursos transferidos aumentou para Cz\$ 10 bilhões e continuou com tendência ascendente a partir de então. Segundo a tabela distribuída pela Secretaria de Programação Financeira — Seфин, em abril foram transferidos Cz\$ 12 bilhões; maio, Cz\$ 18 bilhões; e junho, Cz\$ 20 bilhões.

O estado que recebeu a parcela maior dessas verbas, procedentes de Fundo de Participação, Fundo Especial e demais impostos federais foi São Paulo, com a cifra de Cz\$ 9 bilhões no primeiro semestre de 87. Minas Gerais vem em segundo lugar com Cz\$ 8 bilhões, dos quais Cz\$ 3,2 bilhões para o Estado; Cz\$ 197 milhões para a capital e Cz\$ 4,8 bilhões para os municípios mineiros.

O Maranhão também abocanhou uma parcela significativa desses recursos. O total repassado nos primeiros seis meses do ano chegou a Cz\$ 4,8 bilhões.